

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do Banco Honda S.A. submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas ao exercício de 2021, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho: No exercício de 2021 o Banco apresentou um lucro líquido de R\$ 199,1 milhões, diminuindo um lucro líquido de R\$ 167,4 milhões no exercício de 2020. A variação no período foi decorrente da desvalorização de investimentos em intermediação financeira.

Títulos e Valores Mobiliários: Para a data base de 31 de dezembro de 2021, o Banco possuía cotas subordinadas de dois

fundos de investimentos em direitos creditórios: "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Auto-Honda" e "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Moto-Honda", sendo essas cotas classificadas como disponíveis para venda. Índice de Basileia: O Banco calculou o índice em conformidade com a nova regulamentação do BACEN para cumprimento das regras prudenciais, conhecidas como Basileia III, ficando em 28,77% (28,25% em 31 de dezembro de 2020, conforme legislação vigente à época).

Gerenciamento de Riscos: Para atendimento ao requerido nas Resoluções 4.327/14 e 4.557/17, ambas do CMM, e da Circular 3.467/09 (BACEN), o Banco Honda estruturou uma gestão integrada de riscos e de

capital, sendo as atividades principalmente centradas na identificação, controle e mitigação dos riscos.

Conforme Estatuto Social do Banco Honda S.A., a Assembleia Geral decidiu sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, obediendo os dispositivos legais. A sociedade poderá distribuir lucros, bem como declarar o pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação em vigor, cujo valor poderá ser imputado, líquido do imposto de renda retido na fonte, ao valor de dividendos obrigatórios.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais)

ATIVO			PASSIVO				
	Nota	2021	2020	Nota	2021	2020	
Circulante		2.321.291	2.783.532	Circulante	1.713.986	1.863.303	
Caixa e equivalentes de caixa		-	-	Passivos Financeiros	1.239.011	1.157.288	
Disponibilidades	4	5.469	9.534	Depósitos	992.604	984.147	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	322.011	659.644	Depósitos interfinanceiros	246.407	173.141	
Aplicações em operações comprometidas		322.011	659.644	Depósitos a prazo	110.134	107.747	
Ativos Financeiros		-	-	Recursos de acéites e emissão de títulos	110.134	107.747	
Títulos e valores mobiliários		80.324	290.873	Obrigações por emissão de letras financeiras	110.134	107.747	
Cotas de fundo de investimento	4	343	573	Obrigações para empréstimos	11	251.627	
Carteira própria	5	79.981	290.300	Obrigações para empréstimos	251.627	447.221	
Instrumentos financeiros derivativos	6	15.309	37.274	Instrumentos financeiros derivativos	6	5.499	20.769
Instrumentos financeiros derivativos		15.309	37.274	Instrumentos financeiros derivativos		5.499	20.769
Operações de crédito		7	1.890.488	Provisões	13	745	-
Financiamentos - Setor privado		2.068.923	1.948.489	Provisões para contingências		745	-
esperadas associadas ao risco de crédito		(178.435)	(168.781)	Outras obrigações	12	75.982	130.878
associadas ao risco de crédito		1.890.488	1.779.708	Contrabaixa e arrecadação de tributos semelhantes		1.860	22
Outros créditos	8	1.114	1.265	Fiscais e previdenciárias		35.272	94.834
Diversos		1.114	1.265	Diversas		38.850	36.022
Outros valores e bens		6.576	5.234	Passivos fiscais correntes e diferidos	12	30.988	-
Bens não de uso próprio		9.331	8.629	Passivos fiscais correntes e diferidos		30.988	-
Provisão para desvalorização		(2.987)	(3.110)	Exigível a longo prazo		1.849.763	2.010.184
Despesas antecipadas		232	75	Depósitos	9	708.539	947.971
Realizável a longo prazo		2.290.688	2.244.367	Depósitos interfinanceiros		501.053	785.205
Ativos Financeiros		-	-	Depósitos a prazo		207.486	162.766
Instrumentos financeiros derivativos	6	63.361	-	Recursos de acéites e emissão de títulos	10	150.413	105.275
Instrumentos financeiros derivativos		63.361	-	Obrigações por emissão de letras financeiras		150.413	105.275
Operações de crédito	7	1.920.544	1.877.571	Obrigações para empréstimos	11	944.101	832.615
Financiamentos - Setor privado		2.017.450	1.977.982	Obrigações para empréstimos		944.101	832.615
(Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito)		(96.906)	(100.411)	Instrumentos financeiros derivativos	6	3.778	78.155
Outros créditos	8	4.688	5.225	Instrumentos financeiros derivativos		3.778	78.155
Diversos		4.688	5.225	Provisões	13	28.034	28.067
Ativos fiscais correntes e diferidos	15c	302.095	361.571	Provisões para contingências		28.034	28.067
Ativos fiscais correntes e diferidos		302.095	361.571	Outras obrigações	12	14.898	18.081
Pernamente		10.151	7.844	Diversas		14.898	18.081
Investimentos		6	6	Resultados de exercícios futuros	14	498	2.923
Outros investimentos		6	6	Recursos de exercícios futuros		498	2.923
Imobilizado de uso		386	583	Patrimônio líquido	16	1.057.883	1.158.733
Outras imobilizações de uso		1.127	1.195	Capital social		524.387	524.387
(Depreciação acumulada)		(741)	(612)	Reserva de lucros		533.496	634.346
Intangível		9.759	7.255	Total do ativo		4.622.130	5.035.743
Software		25.966	21.121	Total do passivo		4.622.130	5.035.743
(Amortização acumulada)		(16.207)	(13.866)				
Total do ativo		4.622.130	5.035.743				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

		2º Semestre		Exercício	
	Nota	2021	2020	2021	2020
Receitas da intermediação financeira		525.557	917.384	994.554	984.147
Operações de crédito	7f	393.372	778.428	812.763	812.763
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5b	9.235	12.160	23.474	23.474
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6c	122.950	126.796	158.317	158.317
Despesas da intermediação financeira		(203.411)	(377.234)	(566.455)	(566.455)
Operações de captação no mercado		(68.316)	(122.118)	(154.214)	(154.214)
Despesas de obrigações por empréstimos	11b	(135.095)	(255.116)	(412.241)	(412.241)
Resultado bruto da intermediação financeira		322.146	540.150	428.099	428.099
Passivos Financeiros		-	-	-	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7e	(60.332)	(127.504)	(170.325)	(170.325)
Outras receitas/(despesas) operacionais		(95.023)	(53.668)	37.804	37.804
Receita de prestação de serviços	17	37.215	69.449	75.647	75.647
Outras despesas administrativas	18	(114.146)	(210.429)	(167.264)	(167.264)
Despesas pessoais		(13.047)	(26.653)	(24.521)	(24.521)
Despesas tributárias		(17.772)	(34.295)	(27.751)	(27.751)
Outras receitas operacionais	19	21.960	166.652	213.279	213.279
Outras despesas operacionais	20	(9.263)	(18.392)	(31.586)	(31.586)
Resultado operacional		166.791	358.978	295.580	295.580
Resultado não operacional		(143)	232	103	103
Resultado antes da tributação sobre o lucro		166.648	359.210	295.683	295.683
Imposto de renda	15a	3.988	(38.389)	(68.504)	(68.504)
Contribuição social	15a	2.821	(31.207)	(53.242)	(53.242)
Ativo fiscal diferido		(90.826)	(90.464)	(6.524)	(6.524)
Lucro líquido do semestre/exercícios		82.631	199.150	167.413	167.413
Lucro líquido por ação do capital social		2,99	7,22	6,07	6,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de Reais)

	2º Semestre		Exercício	
	2021	2021	2020	2020
Lucro do semestre/exercício	82.631	199.150	167.413	167.413
Resultado abrangente total	82.631	199.150	167.413	167.413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODOS INDIRETO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de Reais)

	2º Semestre		Exercício	
	2021	2021	2020	2020
Resultado antes da tributação sobre o lucro		231.100	497.403	475.778
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		166.648	359.210	295.684
Depreciações e amortizações		1.253	2.470	2.164
Despesa com provisões contingentes		2.636	8.342	6.773
Constituição de provisão para Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		60.332	127.504	170.323
Constituição/(reversão) da provisão para desvalorização BNDU		231	(123)	834
Varição de ativos e obrigações		(76.196)	(536.562)	(40.754)
(Aumento)/redução em operações de crédito		(259.140)	(281.256)	73.803
(Aumento)/redução em outros créditos e outros valores e bens		(2.040)	(1.082)	2.977
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários		(752)	210.319	372.707
(Aumento)/redução em depósitos		(27.819)	(157.709)	(672.463)
(Aumento)/redução em recurso de acéites e emissão de títulos		153.870	47.524	(214.996)
(Aumento)/redução em obrigações por empréstimos		239.006	(84.107)	478.747
(Aumento)/redução em instrumentos financeiros derivativos		(148.760)	(131.042)	57.142
(Aumento)/redução em outras obrigações		(11.617)	(10.032)	(10.430)
(Aumento)/redução em resultado de exercícios futuros		(777)	(2.424)	(8.481)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(18.167)	(126.753)	(119.760)
Atividades operacionais - Caixa líquido proveniente/aplicado		154.904	(39.159)	435.024
Aquisição de imobilizado de uso		-	-	(2.240)
Aplicações no intangível		(71)	(2.769)	(3.255)
Atividades de investimento - Caixa líquido proveniente/aplicado		(471)	(2.769)	(2.565)
Pagamento de dividendos		(120.000)	(300.000)	-
Atividades de financiamentos - Caixa líquido proveniente/aplicado		(120.000)	(300.000)	-
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		34.433	(341.928)	432.459
Saldo de caixa e equivalentes no início do período		293.390	669.751	237.292
Saldo de caixa e equivalentes no final do período		327.823	327.823	669.751
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		34.433	(341.928)	432.459

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros				Total
	Capital acumulado	Legal	Outras	Lucros acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	524.387	21.832	445.001	-	991.320
Lucro líquido do exercício	-	-	-	167.413	167.413
Destinações do lucro:					
Reserva legal	-	-	-	(8.371)	(8.371)
Reservas especiais de lucros	-	-	159.042	(159.042)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	524.387	30.303	604.043	-	1.158.733
Lucro líquido do exercício	-	-	-	199.150	199.150
Destinações do lucro:					
Reserva legal	-	-	-	(9.958)	(9.958)
Reservas especiais de lucros	-	-	189.192	(189.192)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(300.000)	-	(300.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	524.387	40.261	493.235	-	1.057.883
Lucro líquido do semestre	524.387	36.129	534.736	-	1.095.252
Destinações do lucro:					
Reserva legal	-	-	-	82.631	82.631
Reservas especiais de lucros	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	524.387	40.261	493.235	-	1.057.883

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Honda S.A. (Banco, Instituição ou Banco Honda), autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), iniciou suas atividades no ano de 2000, para operar como banco múltiplo com operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras de investimentos e de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. A atividade operacional do Banco consiste, principalmente, no financiamento de veículos, através da modalidade do crédito direto ao consumidor, portanto com alienação fiduciária do bem, como garantia real das operações.

Adicionalmente, de acordo com o seu Estatuto Social, o Banco Honda S.A. é uma sociedade anônima, de capital fechado, a qual tem sua sede e fábricas no Rio de Janeiro, Estado de São Paulo, Estado do Espírito Santo, na Rua José Áureo Bustamante, nº 377, 7º andar, Bairro Santo Amaro, CEP 04710-090. A Honda South America Ltda. é sua acionista detida da totalidade do capital social.

O Banco Honda tem adotado medidas para minimizar os impactos aos seus clientes que foram mais expostos a súbita retração da economia, bem como, vem reavaliando suas estratégias de atuação e provisionamento para possíveis perdas de acordo com as atualizações das condições para economia, alinhado com as boas práticas do mercado e das instituições financeiras. O Banco permanece atento às condições mercadológicas, sobretudo na possibilidade de agravamento das condições creditícias, visto o potencial arrefecimento do impacto do auxílio emergencial.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMM, substancialmente no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN: (CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis; CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa; CPC 04 (R1) - Ativo Intangível; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações; CPC 23 - Políticas Contábeis; Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 24 - Evento Subsequente; CPC 25 - Provisões; Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; CPC 27 - Ativo Imobilizado; CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo.

Em observação às demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021 foi aprovada pela Diretoria a emissão de março de 2022.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apresentação do resultado

As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas considerando-se o critério por perda e despesas, com base no método exponencial. As operações com taxas fixadas não são registradas pelo valor de resgate, e as receitas a serem percebidas nos períodos do futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

b. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para contingências e valorização

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

e. Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no período. Exercício 2021, 2020. Saldo inicial, Constituição/Reversão no período, Créditos baixados como prejuízo, Saldo final, Recuperação de créditos baixados, Os créditos reconhecidos no semestre foram de R\$ 23.928 e no exercício foram de R\$ 11.962 e no exercício foram de R\$ 23.928 (R\$ 31.962 no exercício de 2020).

8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS. Devedores por depósitos em garantia, Devedores diversos - País, Outros de renda a compensar, Circulante, Realizável a longo prazo.

9. DEPÓSITOS. Depósitos interfinanceiros, Circulante, Exigível a longo prazo, De 1 a 90 dias, De 91 a 360 dias, A vencer após 360 dias.

Depósitos a prazo, Circulante, Exigível a longo prazo, De 1 a 90 dias, De 91 a 360 dias, A vencer após 360 dias.

10. RECURSOS DE ACETES E EMISSÃO DE TÍTULOS. Circulante, Exigível a longo prazo, De 1 a 90 dias, De 91 a 360 dias, A vencer após 360 dias.

11. OBRIGAÇÕES PARA EMPRÉSTIMOS. As captações de recursos do exterior são basicamente realizadas através de linhas de crédito concedidas pelo Banco de Tokyo Mitsubishi Brasil S.A. (Banco MFBFG Brasil S.A.), Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. e Banco Mizuho do Brasil S.A. O saldo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é de R\$ 1.195.728 (R\$ 1.279.836 em 31 de dezembro de 2020) e é composto por financiamentos acessíveis de variação cambial (dólar) para essas operações. As obrigações para empréstimos do Banco têm operações com o último vencimento em dezembro de 2023 e com taxas pré que variam entre 0,7045% a 2,15% ao ano.

a. Composição das obrigações por empréstimos por prazo de vencimento. Circulante, Exigível a longo prazo, Até 90 dias, 91 a 180 dias, A vencer após 360 dias.

b. Despesa de obrigações por empréstimos. Despesa de obrigações por empréstimos.

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES. Fiscais e previdenciárias (i), Credores diversos - País, Taxa de registro - Alienação a pagar, Seguros sobre financiamento, Comissão a Pagar, Valores a pagar às sociedades ligadas, Bônus a pagar, Taxa a pagar, Despesas de pessoal, Outras.

13. PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES. O Banco possui processos de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas, decorrentes de discussões por parte das autoridades fiscais de reclamações de administração e ex-empregados ou de ações e questionamentos. Para essas contingências foram constituídas provisões. Na opinião da Diretoria e de seus assessores jurídicos, o risco de eventual perda foi considerado como provável. Essas provisões estão assim apresentadas:

Natureza, Contingências cíveis (i), Contingências trabalhistas (ii), Contingências tributárias (iii).

(i) Referem-se às ações judiciais movidas contra a empresa decorrentes de contratos comerciais. (ii) Referem-se às ações movidas contra a empresa por ex-empregados cujos pedidos são basicamente de pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e demais verbas. (iii) Referem-se principalmente a tributos que estão em discussão na esfera judicial.

14. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS. Referem-se a receitas de subsídios de operações de crédito reconhecidas antecipadamente no montante de R\$ 498 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 2.923 em 31 de dezembro de 2020) que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamento.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. a. Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações nos semestres finais em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

...continuação. IRPJ, CSLL, IRPJ, CSLL. Reversão/Utilização da provisão para contingência, Marcação ao Mercado dos derivativos, Reversão comissão e bônus, Outras exclusões, Valor-base para tributação, Alíquota-base, Alíquota adicional, Incentivo, PAT, Ajuste de períodos anteriores, Imposto de renda e contribuição social do exercício.

b. Movimentação da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social. IRPJ e CSLL devidos no período, Realização do crédito tributário diferido, Constituição do crédito tributário diferido, Ajustes de períodos anteriores, Total de imposto de renda e contribuição social.

c. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Adições temporárias, Créditos baixados como prejuízo, Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, Provisão para contingências, Outros, Marcação a Mercado - Swap, Total da base dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, Total dos créditos tributários, Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social estão contabilizados na rubrica "Ativos fiscais correntes e diferidos" no realizável a longo prazo e "passivos fiscais correntes e diferidos" no curto prazo.

d. Movimentação da base dos créditos tributários. Saldo em 31/12/2020, Constituição / Reversão, Realização, Saldo em 31/12/2021. Créditos baixados como prejuízo, Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, Ações trabalhistas, Ações contrárias, Marcação a Mercado Derivativos, Desvalorização - Bens não de uso próprio, Fator acidentário de prevenção, Outras adições, Saldo da base de créditos tributários.

e. Movimentação dos créditos tributários. Saldo em 31/12/2019, Constituição / Reversão, Realização, Saldo em 31/12/2020. Créditos baixados como prejuízo, Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, Ações trabalhistas, Ações contrárias, Marcação a Mercado Derivativos, Desvalorização - Bens não de uso próprio, Fator acidentário de prevenção, Outras adições, Saldo da base de créditos tributários.

f. Realização dos créditos tributários ativos de imposto de renda e contribuição social. Saldo em 31/12/2020, Constituição / Reversão, Realização, Saldo em 31/12/2021. Créditos baixados como prejuízo, Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, Ações trabalhistas, Ações contrárias, Marcação a Mercado Derivativos, Desvalorização - Bens não de uso próprio, Fator acidentário de prevenção, Outras adições, Saldo da base de créditos tributários.

g. Realização dos créditos tributários ativos de imposto de renda e contribuição social: f.1. Em 31 de dezembro de 2021. Imposto de renda, Contribuição social.

f.2. Em 31 de dezembro de 2020. Imposto de renda, Contribuição social.

h. Realização dos créditos tributários ativos de imposto de renda e contribuição social: f.1. Em 31 de dezembro de 2021. Imposto de renda, Contribuição social.

h. Realização dos créditos tributários ativos de imposto de renda e contribuição social: f.2. Em 31 de dezembro de 2020. Imposto de renda, Contribuição social.

i. Referem-se a ações judiciais movidas contra o Banco que objetivam discutir produtos, serviços e relações contratuais. A maioria dos processos tem cunho indenizatório (dano moral e material) e revisão de contratos de crédito, sendo em sua maior parte do tipo especial cível e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO. a. Capital Social. Em 31 de dezembro de 2021, o capital social é de R\$ 524.387 (R\$ 524.387 em 31 de dezembro de 2020), representado por 27.800.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas por acionistas domiciliados no país.

b. Reserva legal. É reservada à razão de 5% do lucro líquido do semestre, limitado a até 20% do Capital Social (Circular nº 1.273 e Circular nº 2.750, no artigo 3º 32º).

c. Outras reservas de lucro. Constituídas pelo montante do lucro não destinado à remuneração dos acionistas. d. Dividendos. No primeiro semestre de 2021 foram autorizadas duas distribuições de dividendos pela Diretoria. A primeira, em reunião realizada em 26 de janeiro de 2021 com a distribuição de dividendos provenientes da reserva especial de lucros no montante de R\$ 80.000 pago em 27 de janeiro de 2021. A segunda, em reunião realizada em 29 de abril de 2021 com a distribuição de dividendos provenientes da reserva especial de lucros no montante de R\$ 100.000 pago em 29 de abril de 2021. No segundo semestre de 2021 foi autorizada uma distribuição de dividendos pela Diretoria: em reunião realizada em 23 de agosto de 2021 com a distribuição de dividendos provenientes da reserva especial de lucros no montante de R\$ 120.000 pago em 24 de agosto de 2021.

de R\$ 120.000 pago em 24 de agosto de 2021. Conforme Estatuto Social do Banco Honda S.A., a Assembleia Geral decidirá sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, obedecido os dispositivos legais. A sociedade poderá distribuir lucros, bem como declarar o pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação em vigor.

17. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. Rendas de serviços prioritários - Pessoa física, Rendas de cobrança, Rendas de tarifas bancárias - Pessoa jurídica.

18. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS. Despesa de terceiros (i), Despesa de processamento de dados, Custas processuais do sistema financeiro, Despesa de serviços do sistema financeiro, Serviços técnicos especializados, Despesa de comunicação, Despesa de promoção e relações, Campanhas de vendas, Outras despesas administrativas.

19. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS. Reversão de desvalorização de Bens não de uso - BNDU, Reversão/Utilização de outras provisões operacionais (Nota 13a), Reembolso de despesa Bens não de uso - BNDU, Reversão de provisões diversas.

20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS. Provisão para contingências, Desvalorização de bens não de uso - BNDU, Desconto concedido, Indenização ações contrárias, Campanha com despachante, Campanha de cobrança, Outras.

21. TRANSLAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS. A controladora direta do Banco é a Honda South America Ltda., sendo a controladora final a Honda Motors Co., com sede no Japão. As transações com partes relacionadas são operações de incentivo à venda de produtos fabricados por estas empresas e utilização de bens imóveis, todos devidamente suportados por contratos entre as partes, controladas pela mesma.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES. a. Fundo de pensão. O Banco é patrocinador da PREVHONDA - Sociedade de Previdência Privada de um plano de previdência aos seus funcionários e diretores na modalidade de contribuição definida. As contribuições aportadas ao plano no decorrer do exercício de 2021 somaram R\$ 158 (R\$ 149 em 31 de dezembro de 2020), contabilizados na rubrica de despesa com pessoal.

b. Limite operacional. Em 31 de dezembro de 2021, o Índice de Basileia apurado pela instituição foi calculado em conformidade com a nova regulamentação do BACEN para cumprimento das regras prudenciais, conhecidas como Basileia III, ficando em 28,77% (26,25% em 31 de dezembro de 2020, conforme legislação vigente à época).

c. Gerenciamento de Riscos e Capital. Para atendimento ao requerido nas Resoluções 6.427/14 e 5.557/17, ambas do CMN, além da Circular 3.467/09 (BACEN), o Banco Honda dispõe de estrutura específica para a gestão e a integração de riscos de capital, sendo as atividades principalmente centradas na identificação, controle e mitigação dos riscos. Para nortear essas atividades, a diretoria do Banco Honda estabeleceu diferentes níveis de severidade, definido o apêndice por riscos da instituição, possibilitando assim, a diretoria de alertas para a tomada de decisões específicas. Destaca-se ainda a realização contínua de testes de estresse. Tais procedimentos, dentre outros, encontram-se descritos nas políticas para o gerenciamento de riscos e de capital.

Gerenciamento do Risco de Crédito. O gerenciamento de risco de crédito se baseia na manutenção de ativos financeiros de alta qualidade, ou seja, com reduzida probabilidade de perdas de valores, por risco de contraparte, utilizando-se de modelos desenvolvidos para avaliar o grau de risco de cada grupo, assim como ponderações tempestivas, considerando a dimensão do risco de contraparte, de concentração e os efeitos das variações macroeconômicas. Sobre o risco de crédito de contraparte, este aborda a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações. Em relação ao risco de crédito de concentração, vincula-se diretamente à possibilidade de perdas associadas a exposições significativas a uma mesma contraparte. O Banco Honda utiliza modelos internos para calcular a probabilidade individual de default de cada cliente, bem como, a parte total projetada.

Gerenciamento do Risco de Mercado. Com a finalidade de mitigar o risco de mercado, representado na instituição pelo "IRRRB (risco da taxa de juros na carteira banking)", devido à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação no preço de mercado de instrumentos detidos pela instituição, é realizada a mensuração, controle e mitigação da exposição ao risco de mercado das carteiras de ativos e passivos financeiros, considerando o fluxo financeiro das operações vinculadas a taxas de juros. Para o cálculo do risco de taxa de juros na carteira banking, o Banco Honda utiliza o modelo EVE na abordagem de valor econômico.

Gerenciamento do Risco de Liquidez. Sobre o risco de liquidez, a instituição adota procedimentos de controle rotineiros, visando a constante verificação do seu fluxo de caixa, atentando-se ao decassoamento entre entradas e saídas, tanto para o curto, quanto para o longo prazo. Gerenciamento do Risco Operacional. O gerenciamento do risco operacional possui como principal objetivo a efetivação de medidas, referentes à disponibilização de procedimentos, padrões e instrumentos, os quais possibilitem a prévia identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de perdas relacionadas, tanto a ocorrências externas, assim como internas, tais como fraudes, práticas inadequadas de colaboradores, entre outros.

Gerenciamento do Risco de Conformidade. Com a finalidade de se mitigar as perdas, provenientes de danos diretos e indiretos, a instituição promove, dentre outras medidas, a efetivação de rotinas e procedimentos, para agir, além das diretivas corporativas, as diretivas internas para o monitoramento e prevenção dos riscos socioambientais e operações dos negócios, assim como investe no desenvolvimento e capacitação dos profissionais por meio de treinamentos e certificações.

Gerenciamento do Risco de Reputação. Para o gerenciamento do risco de reputação, a instituição busca propor, adequar e fortalecer o sistema de Controles Internos, por meio da apresentação de informações, orientações e subsídios para a tomada de decisão pela "Alta Administração", em um contexto orientado para se assegurar a conformidade da instituição em termos legais, em relação aos normativos internos, assim como à "Filosofia Honda". Gerenciamento do Risco de Litigiosidade. No contexto de gerenciamento do risco em questão, o Banco Honda possui estrutura específica de procedimentos, para a mitigação e controle das perdas oriundas de aspectos que possam prejudicar a reputação da marca Honda.

Gerenciamento de Capital. O gerenciamento de capital se faz presente, visto a necessidade de se estabelecer regras de monitoramento e controle do capital, para se fazer frente às adversidades que a instituição possa incorrer no futuro, considerando também os seus objetivos estratégicos. O Banco Honda desenvolve atividade de avaliação do requerimento mínimo de capital, bem como utiliza procedimentos para a efetivação de projeções e testes regulares, assim como elabora e revisa normativas e estratégias. O detalhamento das estruturas acima expostas estão evidenciadas no site do Banco Honda, na seção de "Gerenciamento de Riscos", e os relatórios dessas atividades estão disponíveis na sua sede.

i. Governos. Os governos são regras estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos que têm por objetivo comprometer o devedor de forma mais eficaz do que as garantias tradicionais. O Banco é devedor por empréstimos obtidos junto ao Banco Mitsubishi UFJ Trust and Banking Corporation, Banco Sumitomo Mitsui Banking Corporation, Banco Mizuho Corporate, Ltd./Mizuho com último vencimento em dezembro/2023, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros mínimos (financial covenants), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioeconômica. As normas financeiras são calculadas com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. Essas informações também são monitoradas e requeridas pelos credores mencionados. Durante o exercício de 2021 e 2020, não houve descumprimento dos acordos contratuais.

e. Análise de Sensibilidade. A manutenção de uma política conservadora pela instituição tem minimizado os efeitos da volatilidade de preços do mercado sobre suas posições financeiras, neste contexto, as aplicações em ativos financeiros em moedas locais (empréstimos em moedas estrangeiras), são 100% protegidas, através de instrumentos financeiros, de variações de preços das moedas, contabilizando apenas os efeitos temporários decorrentes da prática regulamentar de marcação à mercado sobre estas posições. No que se refere às captações internas, sejam estas pré ou pós-fixadas (risco da taxa de juros), destaca-se a gestão da posição ativa/passiva adequadamente alinhada nestes indicadores, minimizando o efeito da volatilidade da taxa de juros sobre as carteiras e resultados.

f. Resultados recorrentes e não recorrentes. Atendendo às alterações exigidas pela Resolução BACEN nº 2/20, para o exercício de 31 de dezembro de 2021, os resultados divulgados pelo Banco são recorrentes. Dessa forma, não há resultados não recorrentes para os períodos apresentados.

DIRETORIA: MARCOS ZAVEN FERMANIAN (Diretor Presidente), RODRIGO NOBORU GONDO (Diretor Vice-Presidente), TSUKASA ITO (Diretor), ISSAO MIZOGUCHI (Diretor), CRISTIANO YUKIO MORIKIO (Diretor), ATSUSHI FUJIMOTO (Diretor Executivo), ELVIS FLAUSINO GONÇALVES T.C. CRC TSP206096/O-8 (Diretor Executivo).

COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria no âmbito de suas atribuições avaliou as informações apresentadas pela Diretoria e a consolidação destas nos resultados da empresa no período, considerando-as adequadas e recomendando à Diretoria a aprovação das Demonstrações Contábeis.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e diretores do Banco Honda S.A. - São Paulo - SP. Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Honda S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Esta declaração de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que a informação relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: